

CONTEXTOS INVESTIGATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A POTÊNCIA DAS EXPERIÊNCIAS DE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS

INQUIRY-BASED CONTEXTS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: THE POTENTIAL OF EXPERIENCES OF BABIES AND VERY YOUNG CHILDREN

Andreia Aparecida Czyzewski¹

Secretaria Municipal de Educação de Ijuí, Brasil

Fabiana Alfing Matter²

Secretaria Municipal de Educação de Ijuí, Brasil

Resumo: Os contextos investigativos constituem uma perspectiva pedagógica que reconhece bebês e crianças bem pequenas como sujeitos ativos, curiosos e produtores de conhecimentos. Este artigo tem como objetivo analisar os contextos investigativos como princípio organizador do currículo da Educação Infantil, tendo como referenciais a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a abordagem educativa de Reggio Emília e as contribuições de Paulo Fochi. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que discute a importância da organização intencional de ambientes, materiais, tempos e relações capazes de favorecer a exploração, a curiosidade, a formulação de hipóteses e a construção de significados pelas crianças. O estudo evidencia que investigar constitui uma característica própria da infância e que o papel da professora consiste em planejar experiências que ampliem as possibilidades de interação, brincadeira e descoberta, assumindo a observação, a escuta sensível e a documentação pedagógica como instrumentos fundamentais da prática docente. Argumenta-se que os contextos investigativos ultrapassam a dimensão metodológica, configurando uma concepção ética, estética e política de Educação Infantil comprometida com o protagonismo infantil e com a valorização das múltiplas linguagens. Conclui-se que a construção

- 1 Graduada em Pedagogia-UNIJUI. Especialista em Docência na Educação Infantil – UFMS. Professora da Rede Municipal de Ijuí. andrea.c@prof.smed.ijui.rs.gov.br.
- 2 Graduada em Pedagogia-UNIJUI. Especialista em Orientação, Educação Especial e Gestão Escolar. Professora da Rede Municipal de Ijuí. fabimatter@gmail.com.



intencional desses contextos fortalece os direitos de aprendizagem previstos na BNCC, qualifica as experiências vividas por bebês e crianças bem pequenas e contribui para a consolidação de uma pedagogia da infância centrada na participação, na autonomia e na produção de conhecimentos pelas crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Currículo; Contextos investigativos; Protagonismo infantil; Documentação pedagógica.

Abstract: Investigative contexts constitute a pedagogical approach that recognizes babies and very young children as active, curious, and competent subjects who construct knowledge. This article aims to analyze investigative contexts as an organizing principle of the Early Childhood Education curriculum, based on the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), the educational approach of Reggio Emilia, and the theoretical contributions of Paulo Fochi. This is a qualitative bibliographic study that discusses the importance of intentionally organizing environments, materials, time, and relationships that foster exploration, curiosity, hypothesis formulation, and children's construction of meaning. The study demonstrates that investigation is an inherent characteristic of childhood and that the teacher's role is to plan experiences that expand opportunities for interaction, play, and discovery, adopting observation, attentive listening, and pedagogical documentation as essential tools of educational practice. It argues that investigative contexts go beyond a methodological perspective, representing an ethical, aesthetic, and political conception of Early Childhood Education committed to children's agency and to the appreciation of their multiple languages. The study concludes that the intentional development of investigative contexts strengthens the learning rights established by the BNCC, enriches the educational experiences of babies and very young children, and contributes to the consolidation of a pedagogy of childhood centered on participation, autonomy, and children's knowledge construction.

Keywords: Early Childhood Education; Curriculum; Investigative Contexts; Children's Agency; Pedagogical Documentation.

1 Introdução

Nas últimas décadas, os estudos da infância têm promovido mudanças significativas nas concepções que orientam as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Superando perspectivas assistencialistas,

higienistas e preparatórias para o ensino fundamental, a infância passou a ser compreendida como uma etapa singular da vida, marcada pela capacidade das crianças de produzir cultura, estabelecer relações, atribuir significados e construir conhecimentos em interação com o meio social (SARMENTO, 2004; CORSARO, 2011). Esse deslocamento teórico reposiciona as crianças no centro do processo educativo, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, competentes, curiosos e participantes ativos de suas aprendizagens.

Nessa perspectiva, rompe-se com a concepção da criança como receptora passiva de conhecimentos produzidos pelos adultos e consolida-se uma imagem de infância pautada no protagonismo, na participação e na potência investigativa. Conforme afirmam Dahlberg, Moss e Pence (2019), as crianças são sujeitos capazes de interpretar, ressignificar e transformar os contextos em que vivem, produzindo conhecimentos por meio das interações, das experiências e das múltiplas linguagens. Essa compreensão implica uma profunda revisão das práticas pedagógicas, exigindo que os espaços, os tempos, os materiais e as relações educativas sejam organizados de modo a favorecer processos de exploração, descoberta e construção compartilhada de significados.

É nesse contexto que os contextos investigativos assumem relevância como princípio organizador do currículo da Educação Infantil. Mais do que uma estratégia metodológica, constituem uma concepção pedagógica que reconhece a investigação como dimensão inerente à infância e compreende a aprendizagem como resultado das experiências vividas pelas crianças em interação com pessoas, objetos, ambientes e fenômenos (FOCHI, 2019). Assim, investigar significa observar, explorar, formular hipóteses, experimentar, comparar, estabelecer relações e produzir interpretações sobre o mundo, processos presentes desde os primeiros meses de vida.

Estudos sobre o desenvolvimento infantil evidenciam que bebês e crianças bem pequenas aprendem por meio da ação, do corpo, dos sentidos e das interações que estabelecem com o ambiente. Goldschmied e Jackson (2006) destacam que os bebês são pesquisadores ativos, mobilizando curiosidade, experimentação e iniciativa para compreender a realidade que os cerca. Desse modo, cabe à Educação Infantil oferecer contextos ricos em possibilidades investigativas, capazes de ampliar as experiências infantis e favorecer a construção de conhecimentos significativos.

Essa concepção encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as interações e as brincadeiras como eixos

estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil e assegura às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (BRASIL, 2018). Ao priorizar as experiências infantis como eixo do currículo, a BNCC reforça a necessidade de uma prática pedagógica comprometida com a escuta das crianças, a valorização de suas iniciativas e a construção de ambientes que favoreçam a investigação e a participação.

Em consonância com esses princípios, a abordagem educativa de Reggio Emília, inspirada nas ideias de Loris Malaguzzi, compreende a criança como protagonista de seu processo de aprendizagem e reconhece a existência de múltiplas formas de pensar, comunicar e produzir conhecimentos — as denominadas “cem linguagens da criança” (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016). Nessa perspectiva, o ambiente é concebido como um “terceiro educador”, organizado intencionalmente para provocar perguntas, suscitar descobertas e promover relações entre crianças, adultos e materiais. Complementarmente, Rinaldi (2017) destaca a pedagogia da escuta como fundamento ético da ação educativa, defendendo que ouvir as crianças significa reconhecer a legitimidade de suas teorias, hipóteses e interpretações como elementos constitutivos do currículo.

No contexto brasileiro, Paulo Fochi (2015; 2019) amplia esse debate ao defender uma pedagogia da infância sustentada na experiência, na documentação pedagógica e na construção de contextos que favorecem a investigação, a exploração e a produção de conhecimentos pelas crianças. Para o autor, o currículo na Educação Infantil se constitui a partir das ações das crianças e da observação atenta e sensível da professora, deslocando o foco de práticas pedagógicas centradas em propostas previamente definidas ou em abordagens escolarizantes para a organização de experiências que ampliem a curiosidade, a participação, a interação e as múltiplas formas de expressão infantil.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Madalena Freire (2015), ao compreender que observar, registrar, documentar e refletir são ações indissociáveis do trabalho docente na Educação Infantil. Nessa direção, a professora é reconhecida como pesquisadora da infância e de sua própria prática, construindo o planejamento a partir da escuta das crianças, da interpretação de suas ações e da compreensão dos seus modos singulares de aprender, brincar e se relacionar com o mundo.

Diante desse cenário, emerge a necessidade de compreender como os contextos investigativos podem contribuir para a organização de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades de bebês e crianças

bem pequenas e favoreçam experiências de aprendizagem significativas. Ao mesmo tempo, torna-se pertinente refletir sobre o papel da professora na criação de ambientes, materiais, tempos e relações que ampliem as possibilidades de investigação, expressão, participação e produção de conhecimentos pelas crianças.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos e pedagógicos dos contextos investigativos como princípio organizador do currículo da Educação Infantil, tomando como referenciais a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a abordagem educativa de Reggio Emília e as contribuições de Paulo Fochi. A partir de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, busca-se evidenciar que a organização intencional de contextos investigativos fortalece os direitos de aprendizagem, potencializa o protagonismo infantil e contribui para a consolidação de uma pedagogia da infância comprometida com a participação, a escuta sensível, a documentação pedagógica e a valorização das múltiplas linguagens das crianças.

2 A criança como sujeito investigativo: fundamentos para a organização dos contextos investigativos

As transformações teóricas e epistemológicas ocorridas nas últimas décadas no campo da Educação Infantil têm contribuído para a consolidação de uma nova compreensão sobre a infância e os processos de aprendizagem de bebês e crianças bem pequenas. Superando concepções que compreendiam a criança como sujeito incompleto ou em preparação para a vida adulta, os estudos contemporâneos reconhecem a infância como uma etapa singular da existência, marcada pela capacidade de produzir cultura, estabelecer relações e construir conhecimentos por meio da experiência e da participação (SARMENTO, 2004; CORSARO, 2011).

Sob essa perspectiva, as crianças passam a ser compreendidas como sujeitos ativos, curiosos e competentes, capazes de interpretar, atribuir significados e transformar os contextos nos quais vivem. Essa mudança paradigmática desloca o foco das práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdo para uma organização curricular fundamentada nas experiências infantis, reconhecendo que aprender constitui um processo construído nas interações, nas brincadeiras, na exploração e na investigação do mundo.

Essa concepção encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes do currículo da Educação Infantil e assegura às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (BRASIL, 2018). Ao reconhecer a exploração como direito de aprendizagem, a BNCC evidencia que investigar constitui uma forma própria de as crianças conhecerem a realidade, produzindo hipóteses, estabelecendo relações e construindo significados desde os primeiros anos de vida.

Nessa direção, a investigação não deve ser compreendida como uma prática restrita ao campo científico formal, mas como uma característica constitutiva da infância. Desde muito cedo, bebês e crianças bem pequenas observam fenômenos, manipulam objetos, experimentam diferentes possibilidades de ação, estabelecem relações entre acontecimentos e elaboram interpretações sobre o ambiente em que vivem. Ao agir sobre o mundo, constroem conhecimentos que emergem da experiência concreta e das interações estabelecidas com pessoas, materiais e espaços.

A abordagem de Reggio Emília reforça essa compreensão ao reconhecer as crianças como protagonistas de seus percursos de aprendizagem. Para Malaguzzi (1999), elas são portadoras de “cem linguagens”, múltiplas formas de comunicar, representar e produzir conhecimentos. Aprender significa investigar, formular perguntas, estabelecer conexões e construir interpretações sobre os fenômenos vivenciados. Nesse contexto, o ambiente assume função pedagógica essencial, sendo organizado intencionalmente para provocar curiosidade, favorecer descobertas e ampliar as possibilidades de interação.

Complementando essa perspectiva, Rinaldi (2017) destaca que a pedagogia da escuta constitui um princípio ético e epistemológico do trabalho educativo. Escutar as crianças significa reconhecer suas hipóteses, teorias e modos de compreender o mundo como elementos fundamentais para a construção do currículo. A observação atenta e a documentação pedagógica tornam-se, assim, instrumentos indispensáveis para compreender os processos investigativos infantis e orientar o planejamento docente.

No contexto brasileiro, Paulo Fochi (2015; 2019) amplia esse debate ao defender que o currículo da Educação Infantil deve ser organizado a partir das ações, interesses e investigações das próprias crianças. Para o autor, os contextos investigativos constituem ambientes intencionalmente

planejados para despertar curiosidade, favorecer diferentes percursos exploratórios e promover a construção compartilhada de conhecimentos. Nessa perspectiva, o papel da professora consiste em criar condições para que bebês e crianças bem pequenas possam observar, experimentar, comparar, formular hipóteses e produzir significados a partir de suas experiências.

Essa compreensão também dialoga com as contribuições de Goldschmied (2006) e Pikler (2010), que evidenciam a competência investigativa dos bebês. Ao explorar objetos, movimentar-se livremente, repetir ações e estabelecer relações com pessoas e materiais, os bebês desenvolvem formas próprias de conhecer o mundo. Esses processos revelam que a investigação se manifesta muito antes da linguagem verbal, sendo expressa por meio do corpo, dos gestos, dos movimentos, dos olhares e das múltiplas linguagens infantis.

Assim, reconhecer a criança como sujeito investigativo implica compreender que aprender é um processo inseparável da exploração, da curiosidade e da experiência. Os contextos investigativos deixam de representar uma estratégia metodológica isolada e passam a constituir um princípio organizador do currículo da Educação Infantil, orientando a organização dos ambientes, dos materiais, dos tempos e das relações pedagógicas. Dessa forma, a ação docente fundamenta-se na observação, na escuta sensível e na documentação pedagógica, criando condições para que bebês e crianças bem pequenas exerçam plenamente seu protagonismo, fortaleçam seus direitos de aprendizagem e produzam conhecimentos por meio de suas experiências.

3 Contextos investigativos como princípio organizador do currículo da Educação Infantil

A organização do currículo na Educação Infantil tem passado por importantes transformações nas últimas décadas, em diálogo com novas compreensões de infância e de aprendizagem. Em contraposição a modelos pedagógicos centrados em propostas previamente definidas e na padronização das experiências, consolida-se uma perspectiva curricular que reconhece bebês e crianças bem pequenas como sujeitos ativos, competentes e participantes na construção de conhecimentos. Nessa perspectiva, as interações, as brincadeiras, a exploração e as experiências cotidianas passam a constituir os eixos estruturantes do trabalho

pedagógico. Nesse contexto, os contextos investigativos se afirmam como um princípio organizador do currículo, orientando práticas pedagógicas que partem das ações das crianças e de seus modos próprios de explorar o mundo. Trata-se de uma organização curricular que valoriza a curiosidade infantil, a participação ativa, a escuta sensível e a produção de significados nas múltiplas linguagens pelas quais as crianças se expressam, aprendem e constroem conhecimentos.

Os contextos investigativos fundamentam-se na compreensão de que aprender significa investigar, explorar, experimentar, estabelecer relações e construir interpretações sobre o mundo. Conforme afirma Fochi (2019), a investigação constitui uma característica própria da infância e deve orientar a organização dos ambientes, dos materiais, dos tempos e das relações educativas. Assim, o currículo deixa de ser entendido como uma sequência de conteúdos previamente definidos e passa a constituir-se como um percurso construído a partir das experiências, dos interesses e das ações das próprias crianças.

Essa concepção dialoga diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da Educação Infantil e reconhece os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (BRASIL, 2018). Ao garantir o direito de explorar, a BNCC evidencia que a construção do conhecimento ocorre quando as crianças têm oportunidades de investigar fenômenos, manipular materiais, formular hipóteses, comunicar descobertas e produzir novos significados em contextos socialmente compartilhados.

Nessa perspectiva, o currículo organiza-se a partir de experiências significativas, nas quais a criança participa ativamente da construção de conhecimentos. Como destaca Dewey (1979), a aprendizagem emerge da experiência vivida e das interações estabelecidas entre o sujeito e o ambiente. Complementando essa compreensão, Larrosa (2018) afirma que a experiência educativa produz transformação porque mobiliza o sujeito, permitindo-lhe atribuir sentidos ao que vive. Essas contribuições reforçam a importância de contextos pedagógicos que favoreçam a investigação e a participação infantil como elementos constitutivos do currículo.

A abordagem educativa de Reggio Emilia fortalece essa concepção ao compreender o currículo como um processo emergente, construído a partir da observação das perguntas, hipóteses e interesses manifestados pelas crianças. Para Malaguzzi (1999), aprender significa pesquisar, experimentar

e dialogar com o mundo por meio das “cem linguagens da criança”, reconhecendo que o conhecimento é produzido nas relações entre crianças, adultos, materiais e ambientes. Nessa perspectiva, o ambiente assume o papel de “terceiro educador”, sendo planejado para despertar curiosidade, favorecer descobertas e ampliar as possibilidades de investigação.

Rinaldi (2017) complementa essa perspectiva ao defender a pedagogia da escuta como fundamento da ação docente. Escutar as crianças implica reconhecer suas ideias, teorias e formas de interpretar a realidade como elementos constitutivos do planejamento pedagógico. A observação e a documentação pedagógica tornam-se, assim, instrumentos fundamentais para compreender os processos investigativos infantis e reorganizar continuamente o currículo a partir das experiências vividas pelas crianças.

No contexto brasileiro, Fochi (2015; 2019) ressalta que os contextos investigativos não correspondem a atividades isoladas, mas à organização intencional de situações que provoquem curiosidade, possibilitem diferentes percursos exploratórios e promovam múltiplas formas de interação. Para o autor, o planejamento docente consiste em construir contextos potentes, nos quais os materiais, os espaços e as relações favoreçam a exploração, a formulação de hipóteses e a construção compartilhada de conhecimentos.

Essa compreensão também encontra respaldo nos estudos de Goldschmied e Jackson (2006), que evidenciam a competência investigativa dos bebês. Ao explorar objetos, experimentar diferentes texturas, observar transformações e repetir ações, os bebês constroem conhecimentos por meio do corpo, dos sentidos e das interações. Essas experiências demonstram que investigar constitui uma forma própria de aprender desde os primeiros meses de vida, reforçando a necessidade de contextos educativos que ampliem as possibilidades de exploração e descoberta.

Desse modo, a construção de contextos investigativos exige intencionalidade pedagógica. Não se trata apenas de disponibilizar materiais ou propor atividades atrativas, mas de organizar ambientes capazes de suscitar perguntas, favorecer a experimentação, estimular diferentes linguagens e promover a participação das crianças. Como afirma Hoyuelos (2020), os espaços educativos expressam concepções de infância e aprendizagem, devendo ser planejados para favorecer autonomia, interação e investigação.

Assim, os contextos investigativos ultrapassam a dimensão metodológica e configuram um princípio organizador do currículo da

Educação Infantil. Fundamentados na BNCC, na abordagem de Reggio Emília e nas contribuições de Paulo Fochi, esses contextos reconhecem bebês e crianças bem pequenas como protagonistas de suas aprendizagens e orientam uma prática docente baseada na observação, na escuta sensível e na documentação pedagógica. Ao promover experiências de exploração, participação e construção de significados, fortalecem os direitos de aprendizagem e contribuem para a consolidação de uma pedagogia da infância comprometida com a autonomia, a investigação e a valorização das múltiplas linguagens infantis.

4 BNCC e a pedagogia da investigação

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um importante marco para a Educação Infantil ao consolidar uma concepção de criança como sujeito histórico, social, cultural e de direitos, reconhecendo sua capacidade de construir conhecimentos por meio das interações, das brincadeiras e das experiências vividas nos diferentes contextos educativos (BRASIL, 2018). Essa perspectiva rompe com modelos pedagógicos centrados na antecipação da escolarização e reafirma a infância como tempo de descoberta, participação, criação e produção de significados.

Ao organizar o currículo por meio dos Campos de Experiência, a BNCC propõe uma concepção curricular fundamentada nas vivências das crianças, compreendendo que a aprendizagem ocorre de forma integrada, relacional e contextualizada. Nessa perspectiva, o currículo deixa de constituir uma sequência de conteúdos previamente definidos para organizar-se em torno de experiências que favoreçam a curiosidade, a exploração, a investigação e a participação infantil. Como destaca Barbosa (2016), as experiências constituem o eixo estruturador do currículo da Educação Infantil, pois é por meio delas que as crianças estabelecem relações, produzem interpretações e constroem conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo.

Essa concepção aproxima-se dos pressupostos da pedagogia da investigação, ao reconhecer que aprender significa explorar, observar, experimentar, formular hipóteses e produzir significados a partir das experiências vividas. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados pela BNCC, conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, evidenciam que a participação ativa das crianças constitui condição essencial para a construção do conhecimento. Entre esses direitos,

o explorar assume especial relevância, pois reconhece a curiosidade como elemento estruturante das aprendizagens na infância.

Nessa direção, a organização de contextos investigativos constitui uma forma de concretizar os princípios curriculares propostos pela BNCC. Conforme argumenta Fochi (2019), investigar é uma ação inerente à infância e deve orientar a organização dos ambientes, dos materiais, dos tempos e das relações pedagógicas. Os contextos investigativos favorecem situações em que bebês e crianças bem pequenas podem observar fenômenos, manipular materiais, levantar hipóteses, experimentar diferentes possibilidades e construir conhecimentos por meio da interação com o ambiente e com os outros.

Essa compreensão dialoga diretamente com a abordagem educativa de Reggio Emília, que concebe o currículo como um processo emergente, construído a partir das experiências, perguntas e interesses manifestados pelas crianças. Para Malaguzzi (1999), aprender significa investigar o mundo utilizando as múltiplas linguagens infantis, em processos que articulam observação, experimentação, diálogo e criação. Nessa perspectiva, o ambiente assume o papel de “terceiro educador”, sendo organizado intencionalmente para despertar a curiosidade, ampliar as possibilidades de exploração e favorecer a construção compartilhada de conhecimentos.

As contribuições de Rinaldi (2017) reforçam essa perspectiva ao destacar a pedagogia da escuta como fundamento da prática educativa. Escutar as crianças significa reconhecer suas ideias, hipóteses e interpretações como elementos constitutivos do currículo, permitindo que o planejamento pedagógico seja continuamente reorganizado a partir da observação e da documentação dos processos investigativos infantis. Dessa forma, a escuta sensível transforma-se em instrumento essencial para a construção de práticas coerentes com os princípios da BNCC e com uma pedagogia centrada na participação das crianças.

No contexto brasileiro, Fochi (2015; 2019) amplia esse debate ao defender que o currículo da Educação Infantil deve ser organizado por meio de contextos investigativos que potencializem as ações das crianças e favoreçam percursos diversos de aprendizagem. Para o autor, cabe à professora planejar ambientes desafiadores, selecionar materiais abertos e promover situações que estimulem a curiosidade, a exploração e a construção de significados, assumindo a observação e a documentação pedagógica como instrumentos permanentes de reflexão sobre a prática educativa.

Essa compreensão também encontra respaldo nos estudos de Goldschmied e Jackson (2006), que evidenciam a competência investigativa dos bebês. Desde os primeiros meses de vida, eles exploram objetos, experimentam movimentos, observam transformações e estabelecem relações entre pessoas, materiais e ambientes, demonstrando que investigar constitui uma forma própria de conhecer o mundo. Reconhecer essa competência implica construir propostas pedagógicas que respeitem os tempos, os interesses e as formas singulares de aprendizagem das crianças.

Assim, os contextos investigativos ultrapassam a condição de estratégia metodológica e configuram-se como um princípio organizador do currículo da Educação Infantil. Em consonância com a BNCC, com a abordagem de Reggio Emilia e com as contribuições de Paulo Fochi, esses contextos promovem experiências significativas fundamentadas na exploração, na participação, na escuta sensível e na documentação pedagógica. Ao reconhecer bebês e crianças bem pequenas como protagonistas de seus processos de aprendizagem, fortalecem os direitos de aprendizagem previstos na BNCC e contribuem para a consolidação de uma pedagogia da infância comprometida com a autonomia, a investigação e a valorização das múltiplas linguagens infantis.

5 Reggio Emília e as contribuições para os contextos investigativos na Educação Infantil

A abordagem educativa de Reggio Emília constitui um dos principais referenciais contemporâneos para a compreensão dos contextos investigativos na Educação Infantil. Desenvolvida na cidade de Reggio Emília, na Itália, sob a liderança de Loris Malaguzzi, essa experiência pedagógica consolidou uma concepção de infância fundamentada na participação, na investigação e na construção compartilhada do conhecimento, reconhecendo bebês e crianças pequenas como sujeitos competentes, curiosos e produtores de cultura (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016).

Essa perspectiva sustenta uma imagem de criança que dialoga diretamente com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as contribuições de Paulo Fochi. Para Malaguzzi (1999), as crianças aprendem investigando o mundo, estabelecendo relações, formulando hipóteses e atribuindo significados às experiências vividas. O

conhecimento não é transmitido pelo adulto, mas construído coletivamente por meio das interações entre crianças, professores, materiais e ambientes.

Um dos princípios centrais da abordagem é a concepção das “cem linguagens da criança”, metáfora criada por Malaguzzi para expressar a multiplicidade de formas pelas quais as crianças pensam, comunicam-se e produzem conhecimentos. As diferentes linguagens — corporais, plásticas, musicais, verbais, gráficas, científicas e simbólicas — constituem meios de investigação e expressão que possibilitam às crianças interpretar a realidade e compartilhar suas descobertas. Conforme destacam Gandini (2012) e Rinaldi (2017), reconhecer essas múltiplas linguagens implica organizar práticas pedagógicas que valorizem a criatividade, a experimentação e a participação infantil.

Nesse contexto, os ambientes educativos assumem papel fundamental na constituição dos processos investigativos. Em Reggio Emilia, o espaço é compreendido como o “terceiro educador”, sendo planejado de forma intencional para despertar curiosidade, favorecer encontros e ampliar as possibilidades de exploração. A organização dos materiais, da iluminação, das transparências, dos elementos naturais e dos objetos não estruturados cria situações que convidam bebês e crianças bem pequenas a observar, experimentar, comparar e formular hipóteses sobre os fenômenos que investigam (HOYUELOS, 2020).

Essa compreensão aproxima-se da noção de contextos investigativos defendida por Fochi (2015; 2019), para quem a organização intencional dos ambientes constitui elemento essencial do currículo da Educação Infantil. Mais do que disponibilizar materiais, cabe à professora criar contextos que provoquem perguntas, favoreçam diferentes percursos exploratórios e ampliem as possibilidades de construção de conhecimentos pelas crianças. Assim, o ambiente transforma-se em um mediador das aprendizagens, estimulando a curiosidade, a autonomia e a investigação.

Outro princípio estruturante da abordagem de Reggio Emilia é a pedagogia da escuta. Segundo Rinaldi (2017), escutar as crianças significa reconhecer a legitimidade de suas ideias, hipóteses e interpretações como elementos constitutivos do processo educativo. A escuta sensível possibilita que o planejamento pedagógico seja continuamente reorganizado a partir das experiências, interesses e descobertas das crianças, fortalecendo uma prática educativa baseada no diálogo e na participação.

Associada à escuta, a documentação pedagógica constitui um instrumento fundamental para compreender e tornar visíveis os processos

investigativos infantis. Fotografias, registros escritos, narrativas, produções das crianças e registros audiovisuais permitem acompanhar a construção do conhecimento, interpretar as hipóteses elaboradas pelas crianças e subsidiar o planejamento de novas experiências. Nessa perspectiva, documentar não significa apenas registrar atividades realizadas, mas investigar os percursos de aprendizagem e produzir conhecimento sobre a prática pedagógica.

As contribuições de Reggio Emília evidenciam que os contextos investigativos ultrapassam a dimensão metodológica e configuram uma concepção ética, estética e política de Educação Infantil. Ao reconhecer as crianças como protagonistas de suas aprendizagens, valorizar suas múltiplas linguagens e organizar ambientes que favoreçam a exploração, a escuta e a documentação pedagógica, essa abordagem oferece importantes fundamentos para a construção de um currículo centrado na experiência, na participação e na produção de conhecimentos. Em diálogo com a BNCC e com as contribuições de Paulo Fochi, Reggio Emília reafirma que investigar constitui uma forma própria de aprender na infância e que cabe à professora criar contextos capazes de potencializar essa condição investigativa desde os primeiros anos de vida.

6 Paulo Fochi e os contextos investigativos na Educação Infantil

No contexto brasileiro, Paulo Fochi consolidou importantes contribuições para a compreensão dos contextos investigativos como princípio organizador do currículo da Educação Infantil. Dialogando com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com a abordagem educativa de Reggio Emília e com as pedagogias participativas contemporâneas, o autor propõe uma concepção curricular centrada nas experiências, nas ações e nas investigações realizadas por bebês e crianças bem pequenas, reconhecendo-os como sujeitos ativos na construção de conhecimentos (FOCHI, 2015; 2019).

Para Fochi (2019), investigar constitui uma característica própria da infância. Desde os primeiros anos de vida, as crianças observam fenômenos, manipulam materiais, formulam hipóteses, experimentam diferentes possibilidades de ação e constroem interpretações sobre o mundo. Essas ações revelam que aprender não significa receber conhecimentos prontos, mas produzir significados por meio da interação com pessoas, objetos,

espaços e situações que despertam curiosidade e desafiam o pensamento infantil.

Nessa perspectiva, os contextos investigativos representam muito mais do que propostas metodológicas ou sequências de atividades. Constituem ambientes intencionalmente planejados para favorecer a exploração, a experimentação, a resolução de problemas e a construção compartilhada de conhecimentos. A organização dos espaços, dos materiais, dos tempos e das relações assume papel central no currículo, criando oportunidades para que as crianças desenvolvam diferentes percursos investigativos e expressem suas descobertas por meio das múltiplas linguagens.

Essa concepção dialoga diretamente com os princípios da BNCC (BRASIL, 2018), ao compreender que as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes da Educação Infantil e que os direitos de aprendizagem — conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se — concretizam-se em experiências significativas de investigação. Os contextos investigativos tornam-se, assim, uma forma de materializar o currículo proposto pela BNCC, favorecendo aprendizagens construídas a partir da ação e da participação das crianças.

As contribuições de Fochi também se aproximam da abordagem educativa de Reggio Emília ao defender que o planejamento pedagógico deve emergir da observação atenta dos interesses, das perguntas e das hipóteses formuladas pelas crianças. Assim como propõe Rinaldi (2017), o currículo não se organiza em torno de conteúdos previamente definidos, mas das experiências vividas e dos processos investigativos desenvolvidos pelas crianças em seu cotidiano.

Nesse contexto, a professora assume um papel essencial na construção dos contextos investigativos. Sua atuação ultrapassa a função de transmitir conhecimentos e passa a concentrar-se na organização intencional de ambientes, na seleção de materiais abertos, na observação dos processos infantis e na criação de situações que ampliem as possibilidades de investigação. Planejar significa antecipar condições para que a curiosidade, a exploração e a participação das crianças possam se desenvolver, respeitando seus tempos, interesses e formas singulares de aprender.

A observação sistemática, a escuta sensível e a documentação pedagógica constituem dimensões fundamentais dessa prática docente. Para Fochi (2015; 2019), documentar não significa apenas registrar atividades realizadas, mas tornar visíveis os percursos investigativos das crianças,

permitindo compreender como constroem conhecimentos, formulam hipóteses e atribuem significados às suas experiências. A documentação transforma-se, desse modo, em instrumento de pesquisa, reflexão e replanejamento da ação pedagógica, fortalecendo uma prática educativa fundamentada na escuta e na valorização das aprendizagens infantis.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Madalena Freire (2015), para quem observar, registrar e refletir constituem ações indissociáveis do trabalho docente. Ao assumir uma postura investigativa diante da própria prática, a professora passa a compreender o currículo como um processo dinâmico, construído nas relações estabelecidas entre crianças, adultos e contextos educativos.

As contribuições de Paulo Fochi reafirmam que os contextos investigativos constituem um princípio organizador do currículo da Educação Infantil, orientando práticas pedagógicas comprometidas com os direitos de aprendizagem, a participação infantil e a valorização das múltiplas linguagens. Em diálogo com a BNCC e com a abordagem de Reggio Emília, sua proposta evidencia que a organização intencional dos ambientes, a escuta das crianças e a documentação pedagógica potencializam experiências significativas de aprendizagem e consolidam uma pedagogia da infância centrada na investigação, na autonomia e na produção de conhecimentos pelas crianças.

7 A docência como ato de pesquisa: o planejamento dos contextos investigativos na Educação Infantil

A construção de contextos investigativos na Educação Infantil pressupõe o reconhecimento de que a aprendizagem não ocorre de forma espontânea ou desorganizada, mas é resultado de uma ação pedagógica intencional. Embora a curiosidade seja inerente à infância, sua ampliação e qualificação dependem de um trabalho docente fundamentado na observação, na escuta sensível, na documentação pedagógica e na reflexão contínua sobre os processos vividos pelas crianças.

Nesse sentido, a professora ocupa um papel central na organização do currículo. Sua atuação não se limita à mediação de atividades, mas envolve a criação de condições para que bebês e crianças bem pequenas possam investigar o mundo, estabelecer relações, formular hipóteses e construir conhecimentos a partir de suas experiências. O planejamento, nessa perspectiva, deixa de ser entendido como antecipação de conteúdos

e passa a constituir-se como um processo de criação de situações de aprendizagem.

Conforme destaca Fochi (2019), planejar na Educação Infantil significa organizar contextos que favoreçam a ação investigativa das crianças, a partir da seleção intencional de espaços, tempos, materiais e relações. Trata-se de um planejamento que parte da observação das experiências infantis e se reconstrói continuamente a partir do que as crianças revelam em suas ações, interesses e modos de interação.

Essa compreensão aproxima-se da abordagem de Reggio Emília, na qual a escuta ocupa lugar estruturante na prática pedagógica. Para Rinaldi (2017), escutar as crianças significa interpretar seus gestos, movimentos, expressões e linguagens como formas de pensamento e construção de teorias sobre o mundo. A escuta, nesse sentido, fundamenta o planejamento docente e orienta a reorganização constante dos contextos educativos.

Também Malaguzzi (1999) destaca que as crianças aprendem por meio de múltiplas linguagens, que se expressam na exploração, na brincadeira, no corpo e nas diferentes formas de representação. Cabe à professora criar contextos nos quais essas linguagens possam emergir e se articular, possibilitando processos de investigação e produção de significados.

O ambiente assume papel decisivo nesse processo. Como afirma Hoyuelos (2020), os espaços educativos não são neutros, mas produzem relações, estimulam interações e comunicam concepções de infância e aprendizagem. Em contextos investigativos, o ambiente é organizado de forma intencional para provocar curiosidade, favorecer explorações e ampliar as possibilidades de ação das crianças.

Da mesma forma, a seleção e a organização dos materiais constituem elementos fundamentais do planejamento. Materiais abertos, não estruturados e provenientes da natureza ou do cotidiano ampliam as possibilidades investigativas, pois permitem que as crianças experimentem, testem hipóteses, comparem e construam diferentes interpretações sobre os fenômenos que observam.

Madalena Freire (2015) reforça que o trabalho docente na Educação Infantil exige uma postura investigativa permanente. Observar, registrar e refletir sobre as experiências das crianças são ações indissociáveis do planejamento pedagógico, permitindo que a prática se constitua como um processo de pesquisa sobre a infância e sobre a própria ação docente.

Nesse contexto, a documentação pedagógica assume papel central. Fotografias, registros escritos, produções infantis e narrativas do cotidiano tornam visíveis os percursos investigativos das crianças, permitindo compreender como constroem conhecimentos e como se relacionam com os contextos oferecidos. Ao mesmo tempo, a documentação subsidia o planejamento de novas experiências, fortalecendo um currículo em permanente construção.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforça essa perspectiva ao definir as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da Educação Infantil e ao assegurar os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos exigem práticas pedagógicas intencionalmente organizadas, capazes de promover experiências investigativas significativas.

Assim, o planejamento dos contextos investigativos constitui uma dimensão essencial da docência na Educação Infantil. Em consonância com a BNCC, com a abordagem de Reggio Emília e com as contribuições de Paulo Fochi, o professor assume uma postura de pesquisador da infância, organizando ambientes e experiências que favorecem a curiosidade, a exploração e a construção de conhecimentos pelas crianças.

Dessa forma, a docência é compreendida como um ato contínuo de investigação, no qual planejar, observar, escutar e documentar constituem movimentos interdependentes. Ao assumir essa perspectiva, o professor contribui para a consolidação de uma pedagogia da infância centrada na experiência, na participação e na produção de sentidos pelas crianças.

8 Considerações finais

As análises desenvolvidas neste estudo evidenciam que os contextos investigativos constituem um princípio organizador do currículo da Educação Infantil, fundamentado na compreensão de infância como tempo de participação, exploração e produção de conhecimentos. Essa perspectiva implica uma mudança significativa em relação a práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos, reafirmando a criança como sujeito ativo, competente e protagonista de suas aprendizagens.

Ao longo da discussão, foi possível compreender que a investigação não deve ser reduzida a uma metodologia específica, mas constitui uma dimensão estruturante da infância e do currículo. Nessa perspectiva, bebês e crianças bem pequenas aprendem ao explorar o mundo, formular

hipóteses, estabelecer relações e produzir significados nas interações que vivenciam com pessoas, materiais, espaços e culturas.

As contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da abordagem de Reggio Emília e de Paulo Fochi convergem ao indicar que a organização do currículo na Educação Infantil deve estar ancorada nas experiências das crianças, nas interações e nas brincadeiras, garantindo os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses referenciais fortalecem a compreensão de que o currículo se constitui de forma viva e dinâmica, orientado pelos processos investigativos infantis.

Nesse contexto, destaca-se o papel central da professora na organização dos contextos investigativos. O planejamento pedagógico passa a ser compreendido como um ato intencional de criação de condições para a investigação, envolvendo a organização de ambientes, materiais, tempos e relações que ampliem as possibilidades de exploração e aprendizagem das crianças. A docência assume, assim, um caráter investigativo, sustentado pela observação, pela escuta sensível e pela interpretação dos processos infantis.

A documentação pedagógica constitui um elemento essencial nesse percurso, pois permite tornar visíveis os modos pelos quais as crianças pensam, investigam e constroem conhecimentos. Mais do que registrar atividades, documentar significa compreender os percursos de aprendizagem e sustentar a tomada de decisões pedagógicas, fortalecendo um currículo construído a partir das experiências vividas pelas crianças.

Conclui-se que os contextos investigativos oferecem uma base consistente para a consolidação de uma pedagogia da infância coerente com os princípios da BNCC e com as pedagogias participativas contemporâneas. Ao valorizar a curiosidade, a exploração, a participação e as múltiplas linguagens infantis, essa abordagem reafirma a especificidade da Educação Infantil como etapa marcada pela experiência e pela produção de sentidos.

Por fim, destaca-se que educar na perspectiva dos contextos investigativos implica reconhecer a infância no tempo presente, respeitando seus modos próprios de aprender e conhecer. Trata-se de uma prática pedagógica que articula planejamento, escuta, observação e documentação como elementos indissociáveis de uma docência comprometida com a investigação e com a construção coletiva do conhecimento entre crianças e adultos.

Referências

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Penso, 2019.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Penso, 2016.
- FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?** Porto Alegre: Penso, 2015.
- FOCHI, Paulo. **A didática dos campos de experiência**. Porto Alegre: Penso, 2019.
- GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o desenvolvimento das crianças pequenas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- HOYUELOS, Alfredo. **A estética no pensamento e na obra de Loris Malaguzzi**. Porto Alegre: Penso, 2020.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da**

criança. Porto Alegre: Penso, 2016.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança.** Rio de Janeiro: LTC, 1990.

PIKLER, Emmi. **La importancia del movimiento en el desarrollo del niño.** Madrid: Narcea, 2010.

RINALDI, Carla. **Em diálogo com Reggio Emilia: escutar, pesquisar, aprender.** São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** Braga: Universidade do Minho, 2004.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.